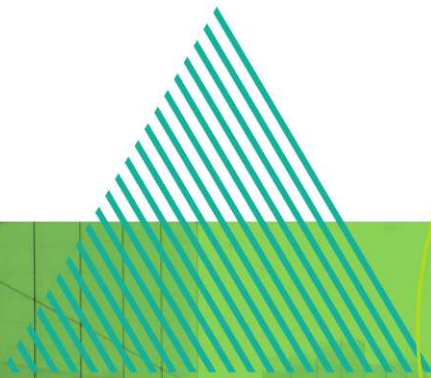




RELATÓRIO
ANUAL

2016







RELATÓRIO
ANUAL

2016

Conselho de Administração

Petronio Alberto da Fonseca – Presidente
Osvaldo Jose Celino Ribeiro – Vice-Presidente
Amarildo Tosta Santos – Conselheiro
Joaquim Amaral Filho – Conselheiro
João Maia Mota – Conselheiro
Jorge Claudemiro da Silva – Conselheiro
Jose Augusto dos Santos – Conselheiro
Jorge José Vieira da Silva – Conselheiro
Luiz Eugênio Fonseca Miranda – Conselheiro
Afonso Cunha de Carvalho – Conselheiro
Paulo Marcelo de Santana Costa – Conselheiro

Conselho Fiscal

Antônio Carlos Lins Gomes – Efetivo
Paulo Sergio Neves da Rocha – Efetivo
Zilca Lenira Oliveira Campos – Efetivo
Ricardo Alonso Gonzalez – Suplente
Rosa Maria da Conceição Correia Oliveira – Suplente

Diretoria Executiva

Renato Altino Paiva Neto – Diretor de Relacionamento
Anderson Borges Sales – Diretor Administrativo
Alexandre Pataro Chagas de Oliveira – Diretor Operacional

Colaboradores

Ana Claudia Moura Oliveira de Souza
Andressa Ferreira Santos Silva
Bárbara Cristina Vinagre Fontes
Brunna Fraga Schindler
Bruna Menezes Santos
Elane Cruz Lima de Jesus
Everton Luís Almeida de Lima
Gabriela Silva Viterbo Sá
Gustavo Cajuí Moral Campos
Helianaira Matos Fonseca
Iasmin Barreto Sampaio Melo
Joseane Silva dos Santos
Júlio Cesar Costa Araújo
Laurane Moura de Jesus Ribeiro
Leila Magalhães Cavalcante Silva
Maria Betânia da Silva
Mateus Souza Chaves Santos
Matheus Eduardo Tibúrcio Froza
Marília dos Santos Silva
Maurício de Jesus Lopes
Paulo Otavio Santos da Silva
Pedro de Oliveira Maceno
Ramon Magalhães Reis
Raira Araújo Moreira
Roberta Moreira Batista
Roseliz Agatão Ferreira da Silva

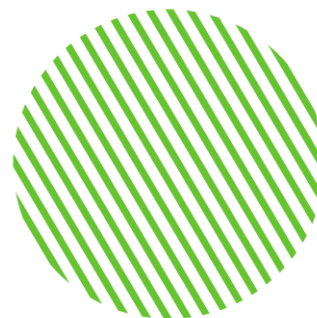


Nossa Equipe



Projeto Gráfico e Diagramação

SEBALIMA – Soluções Gráficas



Mensagem do Conselho de Administração.....	06
Mensagem da Diretoria Executiva.....	08
Produtos e Serviços	09
Indicadores da Cred Executivo.....	10
Relatório de Administração.....	11
Balanço Patrimonial - BP.....	15
Demonstração de Sobras ou Perdas - DSP	16
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL.....	17
Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC	18
Notas Explicativas.....	19
Parecer do Conselho Fiscal.....	34
Parecer da Auditoria Externa.....	35
Ações de Relacionamento com o Cooperado - 2016.....	37



Sumário

Mensagem do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Caros associados,

As organizações são seres vivos em razão de serem constituídas por pessoas, e as Cooperativas não fogem a regra, mesmo porque, principiologicamente neste tipo societário, o capital financeiro tem papel secundário, sendo reservado aos associados, titulares de direitos e deveres junto a sociedade, o protagonismo da autogestão cooperativa. Com base nesta premissa básica, estamos em convergência com a teoria evolucionista de Charles Darwin, que afirma e comprova que só os mais aptos sobrevivem e evoluem. No contexto socioeconômico brasileiro dos dois últimos anos, assistimos algo sem precedentes na nossa historia recente, quando milhares de empresas foram extintas, outras milhares reduziram drasticamente de tamanho e um numero considerável encontra-se em processo de recuperação judicial, com repercussão drástica nas taxas de desemprego, renda e arrecadação de tributos, com impactos consideráveis para toda a sociedade.

“A melhor
parte da vida é
compartilhar”

O Sistema Cooperativista brasileiro como um todo, e particularmente o ramo crédito, espelhado nos modelos alemão e canadense, a exemplo do Sicoob, do qual nossa cooperativa é integrante, tem demonstrado alta capacidade adaptativa e grande resiliência em períodos de crises, frutos da implementação dos princípios doutrinários cooperativistas e dos investimentos na educação continuada, capacitação dos colaboradores e gestores, tecnologia da informação e na aquisição/constituição de sociedades complementares, que visam desenvolver e disponibilizar produtos e serviços financeiros adequados a preços justos, cumprindo assim sua missão institucional. Nossos grandes números atestam e evidenciam o que afirmamos, e colocam em xeque o modelo econômico dominante, que demonstra exaustão e incapacidade de atender os anseios de uma sociedade cada vez mais exigente e dinâmica.

Nossa organização tem demonstrado ao longo da sua jornada, competência e comprometimento com a gestão dos recursos dos seus associados, transparência na divulgação da situação econômica financeira da entidade e resultados positivos consistentes nos últimos 14 anos. Tal desempenho só foi viabilizado, graças a confiança e participação dos cooperados, que aprovaram alterações estatutárias estratégicas, permitindo avanços consideráveis na nossa governança e suas implicações na sustentabilidade e perenidade do negócio. Contando mais uma vez com a confiança e compreensão dos nossos associados, estamos propondo uma nova refor-



ma estatutária, que visa primordialmente adequar nosso Estatuto Social, ao novo modelo sistêmico, mais enxuto e com redação mais apropriada e harmônica com a nova resolução do CMN/Bacen, assim como, propõe um ajuste na composição da estrutura da conta de Patrimônio Líquido, tornando-a mais robusta e consistente, contra possíveis interpretações e normatizações contábeis que questionam a classificação contábil atual da Conta Capital.

Concluindo, agradecemos a todos os dirigentes e assessores dos órgãos públicos estaduais onde temos pontos de atendimento, Sefaz e MP, pela confiança e disponibilidade dos respectivos espaços, a todos os demais dirigentes e funcionários dos órgãos públicos parceiros, pelo apoio, compreensão e devido tratamento às nossas demandas. Somos imensamente gratos também, aos dirigentes e colaboradores do Sicoob Central Bahia, pelo pronto atendimento, cortesia e reconhecimento da importância da intercooperação sistêmica nos processos de interesse da nossa singular. Ao Sistema Oceb/Sescoop, cuja atuação dos dirigentes e equipes, permitiram viabilizar ações/projetos de importância significativa para nossos colaboradores e associados, nossos aplausos, reconhecimento e agradecimento. Agradecemos de forma especial, aos membros do Conselho Fiscal, por nos ajudar na gestão do nosso empreendimento coletivo, fiscalizando e monitorando o cumprimento das políticas e metas, sem descuidar das verificações mensais das demonstrações contábeis e financeiras. À nossa Diretoria e respectivas equipes, que souberam con-

“Compartilhar
faz parte da
nossa essência”

duzir com maestria a operação, em um ambiente cheio de desafios e adversidades, revertendo uma tendência pouco animadora para uma atmosfera otimista realista, motivadora de atitudes que nos conduziram a um novo patamar de realizações, nossos aplausos, abraços e profundo reconhecimento. Aos nossos associados, razão da nossa existência, que acreditaram e confiam na competência, comprometimento e capacidade realizadora dos órgãos de Governança, nossa imensa gratidão.





Mensagem da DIRETORIA EXECUTIVA

É com imenso prazer que apresentamos os resultados do trabalho desenvolvido pelo Sicoob Cred Executivo em 2016. Apesar de todas as intempéries do cenário econômico, diversas ações foram realizadas no sentido de reafirmarmos o nosso objetivo institucional na geração de soluções financeiras adequadas e sustentáveis, por meio do cooperativismo, aos nossos associados.

Apesar da retração ou estagnação apresentada pelas principais instituições bancárias do país, o Sicoob Cred Executivo cresceu 18% em relação ao exercício anterior, demonstrando que o cooperativismo de crédito tem galgado seu espaço no mercado financeiro. Acompanhando a evolução do sistema, o Sicoob Cred Executivo alcançou em dezembro de 2016 o marco de 2.686 associados e R\$ 57.522.310,92 de Ativos.

Sob o aspecto dos processos de expansão, destacamos a chancela do Banco Central do Brasil na ampliação das nossas condições de associação, de modo a abranger todos os servidores públicos no estado da Bahia, à exceção dos servidores municipais de Vitória da Conquista. Desse modo, mais um

importante passo na consolidação de estratégias para o fortalecimento da instituição, sendo o associado o maior beneficiado.

O ano também foi marcado pelo enfoque no aprimoramento das Políticas de Gestão de Pessoas, reconhecendo a importância do capital humano para a organização. Diversas ações de capacitação foram realizadas, incluindo intercâmbios com cooperativas de outros estados, no sentido de multiplicarmos as melhores práticas do nosso modelo de negócios.

Avanços consideráveis também podem ser destacados no âmbito nacional, a saber: Sicoob Seguradora de Vida e Previdência, estruturação da carteira de crédito imobiliário do Bancoob, além de eventos de discussão de temas estratégicos para o Sicoob.

Os desafios 2017 já estão traçados, visando o desenvolvimento constante da nossa instituição, o aperfeiçoamento da governança e a fidelização dos associados. Agradecemos a todos os colaboradores, conselheiros, associados e parceiros que contribuem para a construção desses resultados.



Produtos e SERVIÇOS

No Sicoob Cred Executivo você encontra soluções ágeis e modernas para facilitar sua vida, suas operações financeiras e garantir seu patrimônio. Sem contar que o Sicoob Cred Executivo tem um jeito diferente de oferecer produtos e serviços financeiros: além de disponibilizar as taxas mais competitivas do mercado, ele compartilha os resultados com os associados e aplica os recursos captados nas próprias entidades parceiras e comunidade, o que movimenta a economia local, gerando novas oportunidades de emprego e renda.

Para sua Vida

- Conta Corrente
- Conta Especial
- Conta Capital
- Crédito Consignado Sicoob
- Financiamento
- Cartões Sicoobcard
- Poupança Sicoob
- RDC Sicoob
- Sicoob Consórcios
- Sicoob Previ
- Sicoob Seguros
- DDA
- Débito Automático Sicoob
- Pagamento de Contas
- Transferência entre Contas
- Câmbio / Moeda

Para sua Empresa

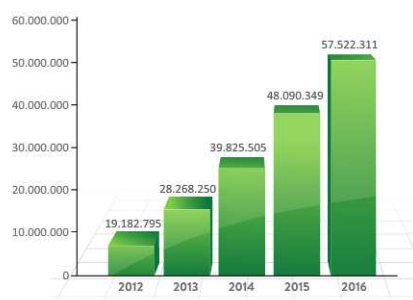
- Adiantamento de Recebíveis
- Cartões Sicoobcard Empresarial
- Cobrança Bancária
- Consórcios
- Conta Capital Sicoob
- Conta Empresarial Sicoob
- Conta Garantida Sicoob
- Conta Salário Sicoob
- Domicílio Bancário
- Poupança Sicoob
- RDC Sicoob
- Sicoob Salário
- Sicoob Seguros
- Sicoobcard Cabal Vale
- DDA
- Pagamento de Contas Sicoob
- Transferência entre Contas
- Maquineta de Cartão



Indicadores da CRED EXECUTIVO

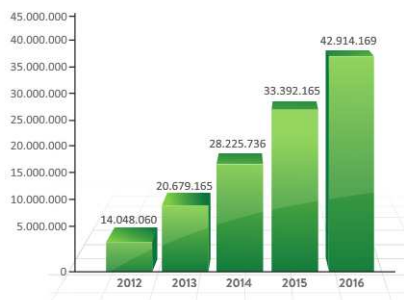
EVOLUÇÃO DOS ATIVOS

Incremento 2016/2015: 19,6%
Variação de 200% 2016/2012



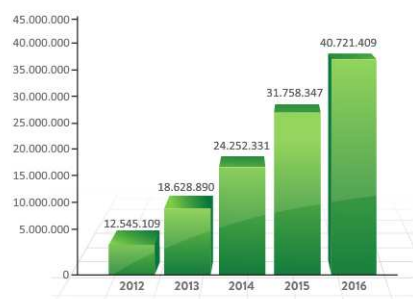
EVOLUÇÃO DA CARTEIRA DE CRÉDITO

Incremento 2016/2012: 28,5%
Variação de 205,5% 2016/2012



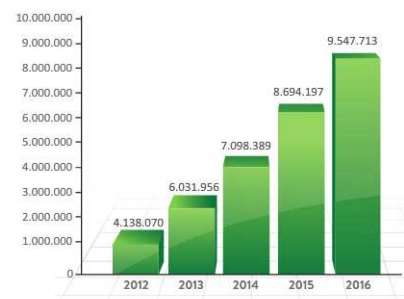
EVOLUÇÃO DA CARTEIRA DEPÓSITOS

Incremento 2016/2015: 28,2%
Variação de 224,6% 2016/2012



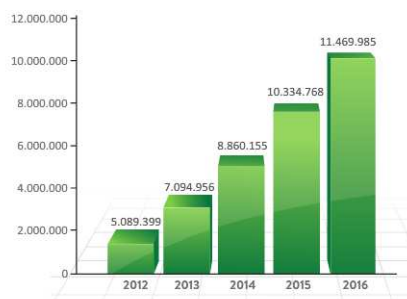
EVOLUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Incremento 2016/2015: 9,8%
Variação 130,7% 2016/2015



EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Incremento 2016/2015: 11%
Variação de 125,4% de 2016/2012



Relatório da ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do semestre findo em 31/12/16 da Cooperativa de Crédito dos Servidores Públicos no Estado da Bahia Ltda. – SICOOB CRED EXECUTIVO, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 08/10/2016 o SICOOB CRED EXECUTIVO completou 17 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2016, o SICOOB CRED EXECUTIVO obteve um resultado de R\$ 723.525,98 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 6,3%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 13.435.148,51. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 42.914.168,69.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Comercial	R\$ 42.914.168,69	100%
--------------------	-------------------	------

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/16 o percentual de 12,9% da carteira, no montante de R\$ 5.515.473,45.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 40.721.409,42, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 28,2%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$ 3.544.460,54	9%
Depósitos a Prazo	R\$ 37.176.948,88	91%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/16 o percentual de 43,8% da captação, no montante de R\$ 17.834.529,96.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB CRED EXECUTIVO era de R\$ 10.494.513,68. O quadro de associados era composto por 2.686 Cooperados, havendo um acréscimo de 5,5% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do “CRL” (Controles de Riscos e Limites), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB CRED EXECUTIVO adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembléia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL BAHIA, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito quadrienalmente na AGO, com mandato até a AGO de 2018 o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL BAHIA, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB CRED EXECUTIVO aderiram, em 03/05/2013, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2016, a Ouvidoria do SICOOB CRED EXECUTIVO registrou 13 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 13 reclamações, 08 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular Bacen nº 3.700/14.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Salvador (BA), 18 de abril de 2017.

Cooperativa de Crédito dos Servidores Públicos no Estado da Bahia LTDA – Sicoob Cred Executivo.

Presidente do Conselho de Administração

Diretor Administrativo

Diretor Operacional

Diretor de Relacionamento

Balanco PATRIMONIAL

COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NO ESTADO DA BAHIA LTDA

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015			
Em reais			
ATIVO	2016	2015	AH%
CIRCULANTE	23.142.719,02	22.519.732,91	3%
DISPONIBILIDADES - Nota 03(c)	115.603,90	157.300,16	-27%
CAIXA E BANCO	115.603,90	157.300,16	-27%
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS - Nota 04	13.435.148,51	13.288.559,47	1%
CENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA	13.435.148,51	13.288.559,47	1%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - Nota 05	9.295.019,97	8.755.272,63	6%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	10.219.372,51	10.132.269,57	1%
(-) PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(924.352,54)	(1.376.996,94)	-33%
OUTROS CRÉDITOS - Nota 06	288.546,72	317.731,81	-9%
AVAIS E FIANÇAS HONRADOS	61.137,32	16.136,83	279%
RENDAS A RECEBER	163.620,40	142.241,31	15%
DIVERSOS	122.669,68	170.965,26	-28%
(-) PROVISÃO PARA OUTROS CRÉDITOS	(58.880,68)	(11.611,59)	407%
OUTROS VALORES E BENS - Nota 07	8.399,92	868,84	867%
DESPESAS ANTECIPADAS	8.399,92	868,84	867%
NÃO CIRCULANTE	34.379.591,90	25.570.616,04	34%
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - Nota 05	31.753.999,96	23.259.895,33	37%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	32.694.796,18	23.259.895,33	41%
(-) PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(940.796,22)	-	100%
OUTROS CRÉDITOS - Nota 06	15.200,00	-	100%
DIVERSOS	15.200,00	-	100%
INVESTIMENTOS - Nota 08	2.078.629,38	1.781.186,78	17%
PARTICIPAÇÕES DE COOPERATIVAS	2.078.629,38	1.781.186,78	17%
IMOBILIZADO DE USO - Nota 9	434.439,29	309.257,89	40%
INSTALAÇÕES, MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DE USO	325.765,77	214.877,37	52%
OUTROS	108.673,52	94.380,52	15%
DIFERIDO - Nota 10	-	148.570,82	-100%
GASTOS DE ORGANIZAÇÃO E EXPANSÃO	-	148.570,82	-100%
INTANGÍVEL - Nota 11	97.323,27	71.705,22	36%
SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SOFTWARES	97.323,27	71.705,22	36%
TOTAL DO ATIVO	57.522.310,92	48.090.348,95	20%
PASSIVO	2016	2015	AH%
CIRCULANTE	44.311.212,61	36.639.818,66	21%
DEPÓSITOS - Nota 12	40.721.409,42	31.758.346,85	28%
DEPÓSITOS A VISTA	3.544.460,54	2.839.338,32	25%
DEPÓSITOS SOB AVISO	2.847.132,74	2.510.316,83	13%
DEPÓSITOS A PRAZO	34.329.816,14	26.408.691,70	30%
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	23.026,89	197.616,37	-88%
RECURSOS EM TRÂNSITO DE TERCEIROS	23.026,89	197.616,37	-88%
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES - Nota 13	2.955.617,18	4.245.992,34	-30%
EMPRÉSTIMOS NO PAÍS - OUTRAS INSTITUIÇÕES	2.955.617,18	2.513.461,19	18%
REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS	-	1.732.531,15	-100%
OUTRAS OBRIGAÇÕES - Nota 14	611.159,12	437.863,10	40%
COBRANÇA E ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS E ASSEMELHADOS	7.617,09	2.178,76	250%
SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS - Nota 14.1	193.038,53	97.487,01	98%
FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS - Nota 14.2	79.499,67	71.944,77	11%
DIVERSAS - Nota 14.3	331.003,83	266.252,56	24%
NÃO CIRCULANTE	1.741.113,32	1.115.762,00	56%
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES - Nota 13	1.728.011,00	1.115.762,00	55%
EMPRÉSTIMOS NO PAÍS - OUTRAS INSTITUIÇÕES	1.728.011,00	279.367,00	519%
REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS	-	836.395,00	-100%
OUTRAS OBRIGAÇÕES - Nota 14	13.102,32	-	100%
DIVERSAS - Nota 14.3	13.102,32	-	100%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Nota 16	11.469.984,99	10.334.768,29	11%
CAPITAL SOCIAL - Nota 16(a)	9.547.713,38	8.694.196,66	10%
RESERVAS DE LUCROS - Nota 16(b)	1.479.560,42	1.288.356,09	15%
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS - Nota 16(c)	442.711,19	352.215,54	26%
TOTAL DO PASSIVO	57.522.310,92	48.090.348,95	20%

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

ANDERSON BORGES SALES
DIRETOR ADMINISTRATIVO

VALMIR LIMA SILVA
CONTADOR / CRCBA-023450/O-3

Demonstração de SOBRAS OU PERDAS - DSP

COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NO ESTADO DA BAHIA LTDA

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS DE 2016 E 2015			
	2º Semestre 2016	2016	2015
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA - Nota 19	4.796.043,08	9.329.862,25	7.996.153,69
Operações de Crédito	4.796.043,08	9.329.862,25	7.996.153,69
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA - Nota 19	(2.699.291,81)	(5.948.707,62)	(4.747.990,18)
Operações de Captação no Mercado	(2.322.601,63)	(4.386.407,50)	(3.182.155,57)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(216.613,65)	(387.583,20)	(723.427,69)
Provisão para Operações de Créditos	(160.076,53)	(1.174.716,92)	(842.406,92)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.096.751,27	3.381.154,63	3.248.163,51
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS - Notas 19/20	(1.068.259,47)	(2.095.628,82)	(2.045.365,18)
Ingressos/Receitas de Prestação de Serviços	100.850,99	200.158,66	274.417,69
Rendas (Ingressos) de Tarifas Bancárias	61.263,89	104.563,58	100.417,91
Dispêndios/Despesas de Pessoal	(1.155.711,47)	(2.415.257,54)	(2.178.198,43)
Outros Dispêndios/Despesas Administrativas	(873.717,19)	(1.789.410,13)	(1.614.469,32)
Dispêndios/Despesas Tributárias	(22.309,36)	(37.114,17)	(47.228,84)
Ingressos de Depósitos Interooperativos	830.638,00	1.700.663,55	1.367.348,10
Outros Ingressos/Rendas Operacionais	113.922,06	333.791,31	290.674,68
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	(123.196,39)	(193.024,08)	(238.326,97)
RESULTADO OPERACIONAL	1.028.491,80	1.285.525,81	1.202.798,33
RESULTADO NÃO OPERACIONAL - Nota 21	8.175,73	11.451,37	(4.798,23)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	1.036.667,53	1.296.977,18	1.198.000,10
Imposto de Renda e Contribuição Social	(3.058,26)	(8.916,82)	(17.105,27)
SOBRAS/PERDAS ANTES DAS DESTINAÇÕES	1.033.609,27	1.288.060,36	1.180.894,83
DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS	(434.018,70)	(280.824,57)	(242.020,07)
FATES		(76.500,84)	(73.393,99)
RESERVAS DE LUCROS		(204.323,73)	(168.626,08)
JUROS AO CAPITAL - Nota 18	(434.018,70)	(564.534,38)	(573.549,06)
SOBRAS/PERDAS LÍQUIDAS	599.590,57	442.701,41	365.325,70

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ANDERSON BORGES SALES
DIRETOR ADMINISTRATIVO

VALMIR LIMA SILVA
CONTADOR / CRCBA-023450/O-3

Demonstração das MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL

COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NO ESTADO DA BAHIA LTDA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015				
(Valores expressos reais – R\$)				
Eventos	Capital	Reservas de Sobras		
	Capital Subscrito	Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
Saldo em 31/12/2014	7.098.388,98	1.119.730,01	642.035,53	8.860.154,52
Destinação de Sobras Exercício Anterior:				
Ao Capital	655.075,94		(655.075,94)	-
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados			(92,75)	(92,75)
Movimentações de Capital:				
Por Subscrição/Realização	1.071.556,98			1.071.556,98
Por Devolução (-)	(699.234,72)			(699.234,72)
Estorno de Capital			23,00	23,00
Sobras ou Perdas Líquidas			1.180.894,83	1.180.894,83
Provisão de Juros ao Capital			(573.549,06)	(573.549,06)
Subscrição do Juros ao Capital	570.640,93			570.640,93
IRRF sobre Juros ao Capital	(2.231,45)			(2.231,45)
Fates Atos Não Cooperativos			(45.289,64)	(45.289,64)
Destinação das Sobras do Exercício:				
Fundo de Reserva		168.626,08	(168.626,08)	-
Reserva de Expansão				-
F A T E S			(28.104,35)	(28.104,35)
Saldos em 31/12/2015	8.694.196,66	1.288.356,09	352.215,54	10.334.768,29
Saldo em 31/12/2015	8.694.196,66	1.288.356,09	352.215,54	10.334.768,29
Destinação de Sobras Exercício Anterior:				
Ao Capital	365.024,05		(365.024,05)	-
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados			(302,65)	(302,65)
Ajuste de sobras - Fundo de Reserva		(9,24)	9,24	-
Ajuste de sobras - Fates			1,54	1,54
Movimentações de Capital:				
Por Subscrição/Realização	1.213.003,61			1.213.003,61
Por Devolução (-)	(1.280.394,36)			(1.280.394,36)
Estorno de Capital				-
Reversões de Reservas		(13.110,16)	13.110,16	-
Sobras ou Perdas Líquidas			1.288.060,36	1.288.060,36
Provisão de Juros ao Capital			(564.534,38)	(564.534,38)
Subscrição do Juros ao Capital	557.893,90			557.893,90
IRRF sobre Juros ao Capital	(2.010,48)			(2.010,48)
Fates Atos Não Cooperativos			(42.446,89)	(42.446,89)
Destinação das Sobras do Exercício:				
Fundo de Reserva		204.323,73	(204.323,73)	-
F A T E S			(34.053,95)	(34.053,95)
Saldos em 31/12/2016	9.547.713,38	1.479.560,42	442.711,19	11.469.984,99
Saldo em 31/12/2016	9.547.713,38	1.479.560,42	442.711,19	11.469.984,99
Movimentações de Capital:				
Por Subscrição / Realização	614.117,71			614.117,71
Por Devolução (-)	(970.261,91)			(970.261,91)
Sobras ou Perdas Líquidas			1.033.609,27	1.033.609,27
Provisão de Juros ao Capital			(434.018,70)	(434.018,70)
Subscrição do Juros ao Capital	557.893,90			557.893,90
IRRF sobre Juros ao Capital	(2.010,48)			(2.010,48)
Fates Atos Não Cooperativos			(42.446,89)	(42.446,89)
Destinação das Sobras do Exercício:				
Fundo de Reserva		204.323,73	(204.323,73)	-
F A T E S			(34.053,95)	(34.053,95)
Saldos em 31/12/2016	9.547.713,38	1.479.560,42	442.711,19	11.469.984,99

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ANDERSON BORGES SALES
DIRETOR ADMINISTRATIVO

VALMIR LIMA SILVA
CONTADOR / CRCBA-023450/O-3

Demonstração do FLUXO DE CAIXA - DFC

COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NO ESTADO DA BAHIA LTDA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO			
	2º Semestre		
	2016	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Sobras/(perdas) líquidas antes do imposto de renda e da contribuição social.....	1.036.667,53	1.296.977,18	1.198.000,10
Ajustes as sobras/perdas líquidas: (não afetaram o caixa)	(572.603,91)	(1.031.886,71)	16.055,96
Despesas de depreciação e amortização.....	67.153,97	130.420,89	111.675,40
IRPJ / CSLL	(3.058,26)	(8.916,82)	(17.105,27)
Provisão para Operações de Crédito	(202.680,92)	(488.151,82)	576.970,34
Provisão de juros ao capital.....	(434.018,70)	(564.534,38)	(573.549,06)
Destinação de sobras da Central.....	-	(42.712,23)	(68.906,04)
Distribuição Dividendos Bancoob.....	-	(57.992,35)	(13.029,41)
Variações patrimoniais: (afetaram o resultado/receitas e despesas)	(157.495,80)	(242.496,46)	1.480.776,79
Relações interfinanceiras e interdependências.....	(149.218,89)	(174.589,48)	166.944,81
Operações de crédito.....	(7.179.498,61)	(8.545.700,15)	(5.166.429,11)
Outros créditos.....	146.764,24	13.985,09	(142.706,24)
Outros valores e bens.....	30.879,97	(7.531,08)	(317,94)
Depósitos	4.276.988,69	8.963.062,57	7.506.015,89
Obrigações por empréstimos e repasses.....	2.670.200,44	(678.126,16)	(488.571,70)
Outras obrigações	46.388,36	186.402,75	(394.158,92)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	306.567,82	22.594,01	2.694.832,85
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de investimentos.....	(160.526,84)	(196.738,02)	(171.912,89)
Aquisição de imobilizado de uso.....	(21.292,67)	(83.243,25)	(166.133,56)
Aplicação no Intangível.....	(40.901,97)	(49.406,27)	(340,28)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(222.721,48)	(329.387,54)	(338.386,73)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Variações patrimoniais:	123.238,38	411.690,72	867.268,00
Aumento por novos aportes de Capital.....	614.117,71	1.213.003,61	1.071.556,98
Devolução de Capital à Cooperados.....	(970.261,91)	(1.280.394,36)	(699.234,72)
Destinação de Sobras Exercício Anterior para o FATES.....	-	1,54	-
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas a Pagar.....	-	(302,65)	(92,75)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos.....	(42.446,89)	(42.446,89)	(45.289,64)
FATES Sobras Exercício.....	(34.053,95)	(34.053,95)	(28.104,35)
Despesas de juros ao capital.....	557.893,90	557.893,90	570.640,93
IRRF sobre Juros ao Capital.....	(2.010,48)	(2.010,48)	(2.231,45)
Outros Ajustes.....	-	-	23,00
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	123.238,38	411.690,72	867.268,00
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	207.080,31	104.892,78	3.223.714,12
Aumento líquido de caixa e de equivalentes de caixa	207.080,31	104.892,78	3.223.714,12
Caixa e equivalentes de caixa no início do período.....	13.343.672,10	13.445.859,63	10.222.145,51
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período.....	13.550.752,41	13.550.752,41	13.445.859,63

ANDERSON BORGES SALES
DIRETOR ADMINISTRATIVO

VALMIR LIMA SILVA
CONTADOR / CRCBA-023450/O-3

Notas

EXPLICATIVAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NO ESTADO DA BAHIA LTDA - SICOOB CRED EXECUTIVO, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 08/10/1999, filiada à COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA – SICOOB CENTRAL BA e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/15, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB CRED EXECUTIVO possui 3 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: SALVADOR - BA

O SICOOB CRED EXECUTIVO tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (I) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (II) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (III) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, tendo sido aprovada pela administração em 18/4/2017.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para passivos contingentes, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos Contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) – Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) – Demonstrações do Fluxo de Caixa – Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas – Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações – Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 – Evento Subsequente – Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009 e o CPC 33 – Benefícios a Empregados aprovado pela Resolução CMN nº 4.424/15.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para passivos contingentes, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “pro rata temporis”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL BA e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

g) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

h) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

i) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

j) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

k) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

l) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

n) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

p) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

q) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2016 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

r) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis;
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016

4. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Centralização Financeira - Cooperativas	13.435.148,51	13.288.559,47
TOTAL	13.435.148,51	13.288.559,47

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL BA conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2016			31/12/2015
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	50.365,19	0,00	50.365,19	38.220,52
Empréstimos	9.532.236,07	32.188.975,96	41.721.212,03	32.021.674,21
Financiamentos	636.771,25	505.820,22	1.142.591,47	1.332.270,17
(-) Provisões para Operações de Crédito	(924.352,54)	(940.796,22)	(1.865.148,76)	(1.376.996,94)
TOTAL	9.295.019,97	31.753.999,96	41.049.019,93	32.015.167,96

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial/ Conta Garantida	Financiamentos	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016	Total em 31/12/2015	Provisões 31/12/2015
AA	-	Normal	571.005,32	0,00	0,00	571.005,32		62.696,59	
A	0,5%	Normal	33.072.903,89	0,00	933.124,64	34.006.028,53	(170.030,14)	24.222.463,67	(121.112,32)
B	1%	Normal	3.261.667,05	229.604,84	61.844,19	3.553.116,08	(35.531,16)	5.116.185,04	(51.161,85)
B	1%	Vencidas	5.574,71	65,86	0,00	5.640,57	(56,41)	240.388,08	(2.403,88)
C	3%	Normal	2.233.775,33	36.426,37	74.059,47	2.344.261,17	(70.327,84)	1.626.095,42	(48.782,86)
C	3%	Vencidas	63.134,38	1.941,86	33.834,31	98.910,55	(2.967,32)	318.993,98	(9.569,82)
D	10%	Normal	546.142,07	38.975,77	0,00	585.117,84	(58.511,78)	446.603,60	(44.660,36)
D	10%	Vencidas	72.054,75	902,67	34.278,28	107.235,70	(10.723,57)	115.799,68	(11.579,97)
E	30%	Normal	30.209,53	1.638,78	0,00	31.848,31	(9.554,49)	21.770,54	(6.531,16)
E	30%	Vencidas	30.972,70	3.822,52	0,00	34.795,22	(10.438,57)	11.676,32	(3.502,90)
F	50%	Normal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	104.562,44	(52.281,22)
F	50%	Vencidas	56.739,88	4.245,31	0,00	60.985,19	(30.492,59)	82.009,46	(41.004,73)
G	70%	Normal	72.807,40	11.603,82	0,00	84.411,22	(59.087,85)	93.569,87	(65.498,91)
G	70%	Vencidas	85.811,08	783,07	0,00	86.594,15	(60.615,91)	50.948,08	(35.663,66)
H	100%	Normal	164.504,82	33.878,67	0,00	198.383,49	(198.383,49)	389.290,03	(389.290,03)
H	100%	Vencidas	1.163.872,87	37.649,22	5.450,58	1.206.972,67	(1.206.972,67)	505.248,93	(505.248,93)
Total Normal			39.953.015,41	352.128,25	1.069.028,30	41.374.171,96	(601.426,75)	32.083.237,20	(779.318,71)
Total Vencidos			1.478.160,37	49.410,51	73.563,17	1.601.134,05	(1.322.267,04)	1.325.064,53	(608.973,89)
Total Geral			41.431.175,78	401.538,76	1.142.591,47	42.975.306,01	(1.923.693,79)	33.408.301,73	(1.388.292,60)
Provisões			(1.814.899,15)	(91.395,36)	(17.399,29)	(1.923.693,80)		(1.388.292,60)	
Total Líquido			39.616.276,63	310.143,40	1.125.192,18	41.051.612,21		32.020.009,13	

Obs.: O valor de avais e fianças honrados (R\$ 61.137,32) está adicionado ao saldo da carteira de empréstimos distribuídos entre os níveis E e H.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	3.516.234,64	5.725.965,18	32.188.975,96	41.431.175,78
Financiamentos	168.470,04	468.301,21	505.820,22	1.142.591,47
TOTAL	3.684.704,68	6.194.266,39	32.694.796,18	42.573.767,25

Obs.: O valor de avais e fianças honrados (R\$ 61.137,32) está adicionado ao saldo da carteira de empréstimos. Nesta composição não são considerados os saldos de Adiantamento a Depositantes (R\$ 50.365,19), Cheque Especial (R\$ 351.040,36) e Conta Garantida (R\$ 133,21).

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	31/12/2016	% da Carteira
Setor Privado - Serviços	133,21	345.248,92	345.382,13	1%
Pessoa Física	401.405,55	42.228.518,33	42.629.923,88	99%
TOTAL	401.538,76	42.573.767,25	42.975.306,01	100%

Obs: Nessa composição consta o saldo integral da carteira de operações de crédito.

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	(1.376.996,94)	(800.026,60)
Constituições/ Reversões	(1.114.104,19)	(800.461,17)
Transferência/Reversões para prejuízo	625.952,37	223.490,83
TOTAL	(1.865.148,76)	(1.376.996,94)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2016	% Carteira Total	31/12/2015	% Carteira Total
Maior Devedor	378.507,40	0,88%	542.271,20	1,62%
10 Maiores Devedores	3.131.293,17	7,29%	2.707.684,36	8,10%
50 Maiores Devedores	11.059.561,82	25,73%	8.865.025,99	26,54%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	860.634,68	1.069.591,63
Valor das operações transferidas no período	639.213,60	251.676,81
Valor das operações recuperadas no período	(465.857,17)	(454.154,60)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(4.225,86)	(6.479,16)
TOTAL	1.029.765,25	860.634,68

Obs.: Inclui operações baixadas para prejuízo de avais e fianças honrados.

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Créditos por Avais e Fianças Honrados	61.137,32	16.136,83
Rendas a Receber	163.620,40	142.241,31
Serviços Prestados a Receber	21.156,86	7.517,36
Centralização Financeira	142.192,69	134.521,86
Rendas convênios a Receber – INSS	270,85	202,09
Diversos	137.869,68	170.965,26
Adiantamentos e Antecipações Salariais	5.694,95	6.088,51
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	18.506,49	50.307,02
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	599,00	800,00
Devedores por Depósitos em Garantia (a)	15.200,00	15.200,00
Impostos e Contribuições a Compensar	473,93	909,45
Títulos e Créditos a Receber	4.740,48	2.029,10
Pagamentos a Ressarcir	5.434,14	285,00
Devedores Diversos – País (b)	87.220,69	95.346,18
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(58.880,68)	(11.611,59)
TOTAL	303.746,72	317.731,81

(a) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados depósito referente a caução de aluguel de salas da unidade administrativa (UAD).

(b) Convênio de folha de pagamento (R\$ 48.784,97) e portabilidade de crédito (R\$ 38.435,72).

7. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Despesas Antecipadas (a)	8.399,92	868,84
TOTAL	8.399,92	868,84

a) Registram-se no grupo, as despesas antecipadas referentes aos prêmios de seguros, taxa de fiscalização e funcionamento 2016, e IPTU.

8. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB CENTRAL BA e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Participações em cooperativa central de crédito	1.429.522,30	1.310.303,75
Participações inst financ controlada coop crédito	649.107,08	470.883,03
TOTAL	2.078.629,38	1.781.186,78

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015	Taxa Depreciação
Instalações	315.663,23	73.252,33	10%
Móveis e equipamentos de Uso	215.676,32	205.891,58	10%
Sistema de Comunicação	18.244,95	15.096,71	10%
Sistema de Processamento de Dados	160.855,37	181.377,57	20%
Sistema de Segurança	25.086,01	22.086,03	10%
(-) Total Depreciação Acumulada	(301.086,59)	(188.446,33)	
TOTAL	434.439,29	309.257,89	

10. Diferido

Até a data-base 30/11/2016, registrava-se nesta rubrica as benfeitorias realizadas nas propriedades de terceiros, substancialmente, instalações e reforma de PAs.

De acordo com a Circular BACEN nº 3.791/2016, a partir de 01/12/2016, foi realizada a reclassificação dos saldos conforme natureza da operação e orientações contidas na Resolução 4.534 de 24/11/2016.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Gastos em Imóveis de Terceiros	0,00	240.110,90
(-) Amortização Acumulada do Diferido	0,00	(91.540,08)
TOTAL	0,00	148.570,82

11. Intangível

Registram-se nesta rubrica os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Outros Ativos Intangíveis	212.199,19	162.792,92
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	(114.875,92)	(91.087,70)
TOTAL	97.323,27	71.705,22

12. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré fixadas são calculadas o prazo final das operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Depósito à Vista	3.544.460,54	2.839.338,32
Depósito Sob Aviso	2.847.132,74	2.510.316,83
Depósito a Prazo	34.329.816,14	26.408.691,70
TOTAL	40.721.409,42	31.758.346,85

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/13. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Descrição	31/12/2016	% Carteira Total	31/12/2015	% Carteira Total
Maior Depositante	3.675.456,47	9,38%	2.463.015,75	8,04%
10 Maiores Depositantes	13.414.417,76	34,24%	10.452.577,95	34,14%
50 Maiores Depositantes	25.537.589,75	65,19%	20.061.183,08	65,52%

13. Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2016	31/12/2015
COOPERATIVA CENTRAL	100% a 101% CDI	06/2017 a 12/2018	4.683.628,18	2.792.828,19
BANCOOB	122% CDI	15/07/2019	-	1.732.531,15
TOTAL	4.683.628,18	4.525.359,34		

14. Outras Obrigações

14.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Resultado De Atos Com Associados (a)	34.053,95	28.362,41
Resultado De Atos Com Não Associados (a)	42.446,89	52.656,09
Cotas De Capital A Pagar (b)	116.537,69	16.468,51
TOTAL	193.038,53	97.487,01

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional –

COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

14.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Impostos e Contribuições sobre o Lucro	-	1.072,08
Tributos incidentes sobre serviços prestados por terceiros	15.936,58	13.312,93
Tributos incidentes sobre folha de pagamento	51.213,64	45.591,85
IRRF sobre juros ao capital	2.010,48	2.231,45
Outros (a)	10.338,97	9.736,46
TOTAL	79.499,67	71.944,77

a) Referem-se a IRRF s/ aplicações financeiras (R\$9.982,41), ISS a recolher (R\$149,51), PIS s/ faturamento (R\$ 27,51), e COFINS s/ faturamento (R\$ 179,54).

14.3 Diversas

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Obrigações Por Aquisição De Bens E Direitos	8.071,77	1.039,45
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento	7.211,42	5.743,31
Despesas de Pessoal (a)	141.033,14	145.664,09
Outras Despesas Administrativas (b)	71.383,86	64.467,65
Provisão Para Passivos Contingentes (c)	13.102,32	4.875,08
Credores Diversos – País (d)	103.303,64	44.462,98
TOTAL	344.106,15	266.252,56

(a) Referem-se a férias (R\$104.314,44), INSS sobre férias (R\$27.330,41), FGTS sobre férias (R\$ 8.345,15), Pis sobre férias (R\$1.043,14).

(b) Referem-se a despesas com comunicação (10.713,72), processamento de dados (R\$ 11.978,45), segurança e vigilância (R\$ 712,50), transporte (R\$ 1.427,48), condomínio (R\$ 1.460,00), compensação (R\$ 3.451,28), seguro prestamista (R\$ 35.554,24), provisão de despesas com cartões (R\$ 4.532,00), outras despesas administrativas (R\$ 1.554,19)

(c) É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos cível e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida.

(d) Referem-se a valores de diferença de caixa (R\$ 76,53), receita de convênios (R\$ 18,60), pendência a regularizar Bancoob (R\$ 1.951,28), créditos de terceiros (R\$ 98.236,01), multa de reserva obrigatória (R\$ 1.164,56) e credores cobrança (R\$ 1.856,66).

15. Instrumentos financeiros

O SICOOB CRED EXECUTIVO opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

16 . Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Capital Social	9.547.713,38	8.694.196,66
Associados	2.686	2.546

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 30%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

No exercício de 2016 foi revertido da reserva o montante de R\$ 13.110,16 referente a perdas remanescentes de cooperativa incorporada em exercícios anteriores, conforme definição em assembleia.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 05 de abril de 2016, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, no valor de R\$ 365.336,48 (trezentos e trinta e cinco mil trezentos e trinta e seis reais e quarenta e oito centavos).

d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Sobra líquida do exercício	723.525,98	605.175,02
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(42.446,89)	(43.088,10)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	681.079,09	562.086,92
Destinações estatutárias	(238.377,68)	(196.730,42)
Reserva legal - 5%	(204.323,73)	(168.626,08)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 30%	(34.053,95)	(28.104,35)
Ajustes nas destinações	9,78	-
Sobra à disposição da Assembleia Geral	442.711,19	365.356,50

17. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Receita de prestação de serviços	70.622,27	123.971,23
Despesas específicas de atos não cooperativos	(5.745,81)	(11.375,40)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(25.017,25)	(45.433,48)
Resultado operacional	39.859,21	67.162,35
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	11.451,37	(4.798,23)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	51.310,58	62.364,12
Imposto de Renda e Contribuição Social	(8.828,61)	(17.074,48)
Exclusão da Receita de Comissão de Faturamento e antecipação de recebíveis do negócio SIPAG.	(35,08)	-
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	42.446,89	45.289,64

18. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa provisionou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

19. Receita de Intermediação Financeira/ Outros ingressos/Rendas operacionais

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Rendas De Adiantamentos A Depositantes	51.214,83	30.301,31
Rendas De Empréstimos	8.416.254,11	7.177.485,15
Rendas De Financiamentos	255.616,86	274.730,36
Rendas De Prestação De Serviços	304.722,24	374.835,60
Outras Receitas Operacionais (a)	2.644.138,18	2.245.516,24
TOTAL	11.671.946,22	10.102.868,66

a) Referem-se à recuperação de encargos e despesas (R\$ 6.776,33), reversão de provisão de garantias prestadas (R\$ 2.483,48), Rendas juros de cartão de crédito (R\$ 175.392,88), Rendas multas por atraso de cartão de crédito (R\$ 16.866,44), Receita SIPAG Antecipação (R\$ 24,54), Receita SIPAG Faturamento (R\$ 10,54), Rendas Intercâmbio cartão de crédito (R\$ 10.907,88), Rendas Intercâmbio cartão de débito (R\$ 9.273,11), Receita Volume Financeiro (R\$ 11,87), outras rendas operacionais* (R\$ 112.044,24), recuperação de créditos baixados para prejuízo (R\$ 606.712,30), rendas de créditos por avais e fianças honrados (R\$ 64,15), ingressos de depósitos intercooperativos (R\$ 1.700.663,55), receita de operação de crédito liquidação duvidosa (R\$ 2.906,87).

* outras rendas operacionais - refere-se em sua maioria a distribuição de dividendos do Bancoob e distribuição de sobras do Sicoob Central BA do exercício 2015.

20. Despesa de Intermediação Financeira/Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Despesas De Captação	(4.386.407,50)	(3.182.155,57)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos e Repasses	(387.583,20)	(723.427,69)
Despesas Administrativas (a)	(4.095.570,51)	(3.707.528,84)
Aprovisionamentos e Ajustes Patrimoniais	(1.318.755,40)	(1.032.813,99)
Outras Despesas Operacionais (b)	(762.638,18)	(827.693,30)
TOTAL	(10.950.954,79)	(9.473.619,39)

a) Registram-se nessa conta despesas de pessoal no montante de R\$ 2.415.257,54, despesas administrativas no montante de R\$ 1.680.312,97.

b) Registram-se nessa conta descontos concedidos em operações de crédito (R\$ 89.446,47), despesas com multas e juros diversos (R\$ 3.134,05), despesas com INSS (R\$ 2,53), despesas com tarifas de saques cabal (R\$ 281,20), despesas de cancelamento de tarifas (R\$ 9.658,94), fundo de desenvolvimento (R\$ 29.953,77), despesa de SMS (R\$ 33,00), diversas despesas operacionais (R\$ 49.338,46), estorno de juros de mora (R\$ 185,98), contribuição fundo para fraudes externas (R\$ 203,37), contribuição fundo para perdas operacionais (R\$ 75,59), ISSQN (R\$ 2.407,38), Cofins (R\$ 2.824,81), Pis (R\$ 10.558,25), juros sobre capital próprio (R\$ 564.534,38).

21. Resultado não operacional

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Outras Receitas Não Operacionais	11.767,50	36.079,00
Outras Despesas Não Operacionais	(316,13)	(40.877,23)
Resultado Líquido	11.451,37	(4.798,23)

22. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e dos membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e se caracterizam basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2016:

MONTANTE DAS OPERAÇÕES ATIVAS	% em relação à carteira total
R\$ 675.254,49	1,57%
MONTANTE DAS OPERAÇÕES PASSIVAS	% em relação à carteira total
R\$ 738.790,00	3,79%

Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2016:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	R\$ 3.455,09	R\$ 34,55	0,98%
Empréstimos	R\$ 417.233,36	R\$ 2.291,41	1,01%

Natureza da Operação de Crédito	Valor R\$	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Coobrigações	R\$ 82.273,11	8,75%

Aplicações Financeiras	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
R\$ 1.906.803,53	4,87%	93,71%

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Cheque Especial	8,34%	8,34%
Conta Garantida	8,34%	8,34%
Empréstimos	1,65% a 5,67%	1,65% a 5,67%
Aplicação Financeira	90% a 102% do CDI	90% a 102% do CDI

No exercício de 2016 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, cédulas de presença, gratificação da diretoria e INSS, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2016 (R\$)	
Honorários	349.407,63
Gratificação da Diretoria	30.535,25
Cédulas de Presença CA	89.832,00
INSS	101.725,89

23. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NO ESTADO DA BAHIA LTDA - SICOOB CRED EXECUTIVO - SICOOB CRED EXECUTIVO, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA - SICOOB CENTRAL BA, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL BA, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL BA a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CRED EXECUTIVO responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL BA perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL BA, em 31/12/2016, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 03 de fevereiro de 2017, com opinião sem modificação.

24. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

25. Índice de Basileia

O Patrimônio de Referência (PR) da Cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos em 31 de dezembro de 2016.

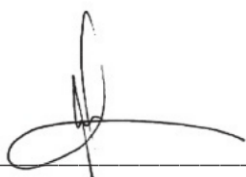
26. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2016, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 940.499,69, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

27. Contingências Passivas

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB CRED EXECUTIVO, dos processos judiciais em que figura como pólo passivo, foram classificadas como perdas possíveis processos, totalizando R\$ 249.335,87.

SALVADOR-BA, 18 de abril de 2017.



Alexandre Patáro Chagas de Oliveira
Diretor Operacional



Anderson Borges Sales
Diretor Administrativo



Renato Altino Paiva Neto
Diretor de Relacionamento



Valmir Lima Silva
Contador – CRC/BA nº: 023450/O-3

Parecer do CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito dos Servidores Públicos no estado da Bahia - SICOOB CRED EXECUTIVO, no uso das atribuições legais e estatutárias, após examinar o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, as Demonstrações dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, e analisado o Relatório dos Auditores Independentes da Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa - CNAC, emitido em 18 de abril de 2017, declara que os atos da administração representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, nas demonstrações contábeis examinadas, a posição patrimonial e financeira da cooperativa.

Salvador-BA, 19 de abril de 2017.



Antônio Carlos Lins Gomes
Coordenador



Zilca Lenira Oliveira Campos
Secretária



Paulo Sérgio Neves da Rocha
Membro Efetivo

Relatório da

AUDITORIA EXTERNA

AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, À ADMINISTRAÇÃO E AOS COOPERADOS DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NO ESTADO DA BAHIA LTDA. SICOOB CRED EXECUTIVO - SALVADOR - BA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito dos Servidores Públicos no Estado da Bahia Ltda. - Sicoob Cred Executivo, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e o exercício findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito dos Servidores Públicos no Estado da Bahia Ltda. - Sicoob Cred Executivo em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de

a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimen-

tos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 18 de abril de 2017.



Antonio Alberto Sica
Contador CRC MG 080.030/O-0 "S" BA
CNAI 1845

- Pesquisa de satisfação e pós - vendas
- Apoio e ação de notoriedade – Feijoada Adpeb
- Apoio e ação de notoriedade – Lavagem Asfeb
- Assembleia Geral Sicoob Cred Executivo.
- Curso de educação financeira e planejamento pessoal – Uefs
- Curso de educação financeira e planejamento pessoal – Polícia Civil
- Ação Institucional dia da mulher
- Inauguração Posto avançado Feira de Santana
- Ação institucional de Páscoa
- Apoio e ação de notoriedade – Forró da Asfeb
- Campeonato de Futebol – Ampeb
- Campeonato de Futebol – Asfeb
- Inauguração Nova Unidade Dat Metro
- Ação de notoriedade dia do Servidor Público
- Campanha Plenamente Sicoob Cred Executivo
- Ação promocional aniversário da cooperativa
- Apoio e ação de notoriedade - Semana do Ministério Público

Ações de
Relacionamento
com o **Cooperado**
2016

Faça parte de algo maior.



CRÍATIVA

O Sicoob está na lista das maiores instituições do país e faz parte de um dos movimentos que mais crescem no planeta: a economia colaborativa. Aqui você participa dos resultados e compartilha sonhos, prosperidade e esperança. O Sicoob busca novas relações para um mundo onde você é essencial.

Junte-se a mais de 3,2 milhões de pessoas: venha para o Sicoob.

 **SICOOB**
Faça parte.

